



Eixo: Política social e Serviço Social.

Sub-eixo: Crise, trabalho e tendências contemporâneas das políticas sociais no capitalismo.

## A RESPONSABILIDADE SOCIAL COMO TENDÊNCIA CONTEMPORÂNEA DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO CAPITALISMO NA AMÉRICA LATINA

MARIANGEL SANCHEZ ALVARADO<sup>1</sup>  
ÂNIA MARIA SANTANA DOS SANTOS<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo é um recorte da dissertação de mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação do PPGPS-UFMT que teve como objeto “A Responsabilidade Social na Costa Rica”. Traz elementos históricos e contextuais para compreender a Responsabilidade Social como estratégia do capitalismo que para manter sua estabilidade investe nos seus propósitos de tornar o Estado mínimo e transferir para a sociedade civil e para o mercado as suas responsabilidades. Parte-se da expansão do neoliberalismo na contrarreforma do Estado nos anos noventa e sua implementação pelos governos da América Latina que resultou em privatizações e terceirizações, fortalecendo o discurso da Responsabilidade Social.

**Palavras-chave:** Responsabilidade Social, Estado, Neoliberalismo.

**Resumen:** Este artículo es un recorte de la disertación de maestría presentada en el Programa de Pos-graduación del PPGPS-UFMT que tuvo como objeto “La Responsabilidad Social en Costa Rica”. Trae elementos históricos y contextuales para comprender la Responsabilidad Social como estrategia del capitalismo que para mantener su estabilidad invierte en sus propósitos de tornar al Estado mínimo y transferir para la sociedad civil y para el mercado sus responsabilidades. Se parte de la expansión del neoliberalismo con la contrarreforma del Estado en los años noventa y su implementación por los gobiernos de América Latina que resultó en privatizaciones y tercerizaciones, fortaleciendo el discurso de Responsabilidad Social.

**Palabras-clave:** Responsabilidad Social, Estado, Neoliberalismo.

### I. INTRODUÇÃO

Coloca-se a Responsabilidade Social (RS), dentro das relações do sistema de produção capitalista, o qual, historicamente apresenta diferentes momentos de crise no seu desenvolvimento, e cada crise tem respostas para sua consolidação e

<sup>1</sup> Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal de Mato Grosso. E-mail: <mariangelsa@gmail.com>.

<sup>2</sup> Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal de Mato Grosso. E-mail: <mariangelsa@gmail.com>.

expansão; estas respostas influem em diferentes âmbitos tanto econômicos como políticos, sociais e culturais.

O panorama para compreender as determinações que deram origem a RS, deve ter como referência o neoliberalismo e a sua proposta de Estado mínimo para manter a estabilidade e legitimidade. Assim, a partir dos anos noventa começam a ser transferidas algumas funções sociais atribuídas ao Estado para o setor privado.

O neoliberalismo representou um retrocesso nos direitos sociais, já que este projeto tem como proposta o enxugamento do Estado na execução das políticas públicas. Estas, por sua vez, passam a ser orientadas e subordinadas aos interesses do grande capital que transfere a responsabilidade de executá-las para a sociedade civil e o terceiro setor. Desresponsabilizando assim, o Estado na condução das políticas sociais e anulando o caráter de direito das mesmas, que passam a ser vistas como um favor, um benefício.

A Responsabilidade Social é entendida, neste estudo, como um dos fatores que potencializa a hegemonia burguesa, como uma estratégia de rearticulação das ações empresariais e de um novo consenso burguês, político, ideológico e fundamentalmente econômico.

A partir da interrogação principal que encaminhou o processo investigativo: Como foi a configuração da Responsabilidade Social na América Latina e como se manifesta atualmente? Se formulou o objetivo geral desta pesquisa, que consistiu em analisar a situação da Responsabilidade Social na região. Assim, buscou-se resgatar os condicionantes históricos que possibilitaram o seu surgimento e expansão desde os anos noventa, quando se instala o neoliberalismo nestes países até os dias atuais.

Para esta investigação pautou-se no método histórico-dialético que a partir de uma perspectiva de totalidade procura a transformação da realidade. Considera-se histórica ao considerar que os fatos “[...] não só estão implicados na contínua mudança se não que, ademais, são produtos de uma época histórica determinada: a do capitalismo” (LUCKÁCS, 1969, p. 41, tradução nossa); e dialética porque “[...] insiste na unidade concreta do todo e desmascara a ilusão, que, como tal é produzida pelo capitalismo necessariamente” (LUCKÁCS, 1969, p. 40, tradução nossa).

O desenho metodológico da investigação foi guiado pelo enfoque qualitativo, considerando que por suas características é o que melhor contribui para alcançar os

objetivos. Ademais, foi uma investigação de tipo exploratório, que buscou construir incipiente aproximação à temática da Responsabilidade Social na América Latina e poderá subsidiar futuras investigações.

A partir da aproximação ao objeto de estudo, por meio da pesquisa bibliográfica e documental, se constatou a debilidade no que se refere a estudos e pesquisas críticas sobre a Responsabilidade Social na América Latina e fica patente a necessidade de se compreender a mesma a partir de uma análise crítica.

É importante ressaltar que para a realização deste estudo recorreremos a fontes variadas como: dissertações e teses principalmente do Serviço Social e Administração, artigos ao nível mundial e latino-americanos, livros especializados na RS, documentos institucionais e governamentais, além de políticas nacionais, decretos e os planos de governo. Buscamos informações em algumas bibliotecas especializadas (físicas e digitais) e foram consultados documentos em páginas da web das principais organizações sobre o tema na América Latina.

Vale ressaltar que o estudo que desenvolvemos subsidiou o Estudo Inter Setorial Sobre o Estado da Responsabilidade Social na Costa Rica, cuja apresentação oficial foi realizada no mês de novembro de 2017 em São José, Costa Rica, que serviu de base para elaboração da Política Nacional de Responsabilidade Social do país.

## **II. A RESPONSABILIDADE SOCIAL COMO TENDÊNCIA DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO CAPITALISMO**

Dentro do sistema de produção capitalista, as crises são inerentes, e para poder superá-las, a burguesia procura formas para buscar sua reprodução.

Na década de 1960, com outra crise do capitalismo, segundo Mandel (1968) o padrão de acumulação (fordista-keynesiano) começa a se esgotar. Mota (1985) coloca algumas situações que demonstram isto; como a queda das taxas de lucro, as variações na produtividade, o endividamento internacional e o desemprego.

Ante este panorama, ganha corpo a visão do Estado mínimo tanto na produção de bens e serviços, quanto na regulação das ações de mercado; se propicia uma reestruturação produtiva, a mundialização do capital e a redução da intervenção do Estado no social.

Antunes (2001) indica que a partir desta crise, gerada por um colapso na superprodução efetuado pelo regime fordista era necessário, para a reprodução do

sistema de produção, implantar uma nova prática de acumulação do capital, nesse contexto emergem novas formas organizacionais e de reajuste social e político, ou seja, a reestruturação produtiva que trouxe mudanças importantes, não só na parte econômica dos países, mas também na esfera política e social, afetando principalmente as condições de vida da classe trabalhadora devido às transformações do Estado ante estas crises.

É dessa forma, que a profunda crise do capital deu seus primeiros sinais, quando o padrão produtivo fordista/ taylorista não respondia mais às expectativas de acumulação, gerando a necessidade de um novo curso da lógica do capital. Tratava-se de criar um novo “modelo” que garantisse a ordem burguesa; é nesse sentido que se apresenta o regime da “acumulação flexível”.

Esses fatos acima relacionados decorrem primeiro da necessidade de reestruturação do capital; segundo, da necessidade de priorizar o setor financeiro, para a especulação, em detrimento do setor produtivo, reflexo da própria crise do capital; terceiro, da crise do mecanismo de regulação do sistema, o *WelfareState*, identificada pelos neoliberais, como “crise fiscal” do Estado burguês que culminou na privatização dos serviços públicos, para diminuir os gastos públicos, manter a acumulação, acarretando consequências nefastas para a classe trabalhadora.

Neste contexto, mais uma vez, o Estado utilizado como mecanismo para a reprodução do sistema de produção e para “superar a crise”, executa um conjunto de políticas macroeconômicas implantadas nos países pelos Organismos Internacionais como Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional que nascem nos anos oitenta delineados no conhecido Consenso de Washington<sup>1</sup>; este conjunto de políticas são parte dos Programas de Ajuste Estrutural nos países periféricos, que criam as bases para o neoliberalismo na América Latina<sup>2</sup>.

Como assinala Netto (2003) nas últimas décadas as políticas econômicas dos chamados “ajustes” no mundo inteiro, têm incrementado e acentuando os processos de precarização das condições de vida da classe que vive do trabalho, como uma das etapas do capitalismo, o neoliberalismo expõe dentro da esfera econômica uma proeminência absoluta do mercado e livre jogo de forças deste. Os pontos centrais dessa agenda eram diminuir o déficit fiscal atribuído ao gasto público (sobretudo o gasto social); promover a reforma do Estado, remodelando suas funções na perspectiva de aumentar a sua “eficiência” através da diminuição de custos; aumentar

a “competitividade” reduzindo os custos sociais das empresas e flexibilizando a mão de obra.

Nesse sentido, percebemos um momento histórico de reversão conservadora, em que a égide neoliberal propõe uma redefinição do papel do Estado, uma reforma, que transfere para o setor privado atividades que possam ser controladas pelo mercado, como por exemplo, as empresas estatais e as políticas sociais comercializáveis; outra forma é a descentralização para o setor “público não estatal”, de serviços que não envolvem o exercício do poder do Estado, mas devem ser subsidiados por ele. Como indica Behring (2003), trata-se da produção de serviços competitivos ou não exclusivos do Estado, estabelecendo-se parcerias com a sociedade civil para o financiamento e controle social de sua execução.

É uma nova estratégia de legitimação do sistema capitalista, que implica em uma série de ações direcionadas para a passagem da “lógica do Estado” para as “lógicas da sociedade civil e do mercado.” (MONTAÑO, 2003, p. 109).

Neste sentido, a partir dos fatos mencionados, o Estado diminui sua atuação na intervenção social; em lugar de constituir uma rede universal de proteção social que expanda o Estado na garantia dos direitos sociais, o bem-estar social recai em outros âmbitos privados; como menciona Montaña (2003), nas famílias, na comunidade, nas instituições religiosas e filantrópicas, as quais devem de se responsabilizar por isto, numa rede de “solidariedade” que proteja aos mais pobres.

A partir dessa “refuncionalização” do Estado, constata-se a legitimação de outras fontes para a execução das políticas sociais, como por exemplo a regulamentação do terceiro setor, o qual através de uma parceria entre Estado, ONGs e entidades filantrópicas, combinado com o serviço voluntário, se desprofissionaliza e despolitiza a intervenção na área social, remetendo-a ao mundo da solidariedade mútua, da realização do bem comum, por intermédio muitas vezes de um trabalho voluntário não-remunerado. Trata-se de um verdadeiro retrocesso histórico em relação aos direitos sociais conquistados pela classe trabalhadora.

O ideário neoliberal cumpre sua função político-ideológico esvaziando a dimensão de direito universal de cidadania em relação às políticas sociais estatais, criando uma cultura de auto-responsabilidade e de autoajuda para o enfrentamento das refrações da questão social. E gera, a partir da precarização e da focalização da intervenção estatal, uma demanda altamente lucrativa para o setor empresarial

através da mercantilização desses serviços ou do marketing social que é promovido pela Responsabilidade Social.

Com a crise económica, os países da América Latina tiveram que conviver com a diminuição dos recursos financeiros, o que afetou diretamente as condições de vida da classe trabalhadora, incrementando a demanda por serviços estatais, principalmente no campo de saúde e nos subsídios familiares.

## **II.I. A Responsabilidade Social na América Latina**

No continente latino americano, existem vastas diferenças entre os países, mas pode-se afirmar que em comum é o fato de que as grandes empresas da região, as mais visíveis têm avançado muito na divulgação da Responsabilidade Social.

Segundo Peinado (2006), a América Latina é parte de uma tradição filantrópica corporativa que tem “evolucionado” para uma responsabilidade social “mais ativa”. Historicamente, grande parte da ação social do setor privado na América Latina tem se pautado em crenças religiosas e ético-morais de caráter individual. Isto se deve, segundo a autora mencionada, ao grande peso das empresas familiares. Este caráter filantrópico se caracteriza por serem práticas que não estão vinculadas à atividade central da empresa e não requerem um grande investimento.

Segundo informes da Comissão Econômica para a América Latina -CEPAL,

( 2004) o conceito de RS como parte da gestão de negócios e dentro de um conceito integral é um tema com quase 10 anos de presença na região; as iniciativas chaves tiveram início na década de noventa com fortes resquícios da filantropia

Muitas organizações empresariais latino-americanas voltadas para a responsabilidade social estão ligadas através de uma rede de relações a Organização Empresarial Americana *Business Social Responsibility*, criada a partir de um encontro realizado em Miami (*Social Venture Network*) em 1997 com o objetivo de elaborar um modelo de responsabilidade social empresarial para seguir na América Latina. Daí terem surgido organizações importantes como o Instituto ETHOS (Brasil) em 1998, a *Acción Empresarial* (Chile) 1999, *Fundemas* (El Salvador) 2000 e outras organizações.

Algumas destas instituições são financiadas pelas alianças multilaterais como o Banco Mundial, a Organização dos Estados Americanos (OEA) e o Banco Interamericano de

Desenvolvimento (BID), que através de seu Fundo Multilateral de Inversões (FOMIN) tem promovido práticas responsáveis por meio de investigações, publicações e apoio financeiro institucional.

Assim, pode-se compreender os objetivos das organizações que promovem a RS na América Latina, as diretrizes e financiamento dos organismos internacionais, os quais claramente têm um posicionamento político e econômico estabelecido.

Na América Latina, tal como ocorre em outras partes do mundo, pode-se identificar o mesmo contexto do Estado debilitado pelas reformas neoliberais, pelas privatizações, o setor privado mais poderoso e o aumento da complexidade organizacional que tem repercussão na vida das pessoas e pode suscitar o surgimento de mobilizações sociais que passam a preocupar as empresas que buscam sua legitimidade no cenário da crise, do baixo crescimento, do aumento do desemprego e das desigualdades sociais.

Neste cenário, segundo Nunes (2005), os diferentes países de América Latina têm respostas a partir das “recomendações” dos organismos financeiros internacionais, os quais desenvolvem, entre outros temas, a Responsabilidade Social.

Segundo Henao (2013) a maior parte das práticas que as empresas do setor privado empreendem, são baseadas nas crenças religiosas e morais, que correspondem ao grande peso que tem as empresas familiares no setor produtivo, o autor ressalta que o dinheiro que estas empresas investem na RS é pouco e só para grupos específicos; *“Las consecuencias de estas actividades, por lo general, no repercuten más allá de adquirir certa buena reputación e imagen, siempre y cuando se logren comunicar convenientemente.”* (Peinado-Vara 2006, p 66).

Porém, esta orientação voltada para o individualismo, para as crenças religiosas e morais, são influenciadas pelos interesses do sistema de produção capitalista que preconiza, segundo Montañó (2003), que o bem-estar social pertence ao setor privado; ou seja, as famílias, a comunidade, as instituições religiosas e filantrópicas, as quais devem se responsabilizar por uma rede de “solidariedade” que proteja os mais pobres; em lugar de constituir uma rede universal de proteção social que explicita o dever do Estado na garantia dos direitos sociais.

Vives (2013) comenta na sua investigação que na América Latina no seu conjunto a RS está atrasada (com respeito as expectativas neoliberais empresariais),

mas as expectativas são que seu progresso continue, embora ainda se encontre abaixo da média do desenvolvimento mundial.

Cada país denota particularidades, por exemplo, no Peru, o conceito da RS ainda se encontra orientado à competitividade. Segundo Vives e Peinado-Vara (2011) uma política referente ao tema é a Estratégia Peru 2021, que nasce para contribuir para que a empresa se converta em um motor de desenvolvimento e incorpore a responsabilidade social como uma ferramenta da sua gestão, contribuindo ao melhoramento da qualidade de vida e competitividade do seu entorno.

No Chile, existe uma forte tradição de participação do empresariado em temas públicos, isto no contexto chileno no qual o Estado é muito reduzido e diversos setores estão sendo privatizados. Entre as organizações que desenvolvem ações de RS neste país, se encontra *Acción RS*, que é uma organização que nasce do setor empresarial para “promover as práticas em matéria de responsabilidade social empresarial”. Este país no ano 2013 criou o Conselho de Responsabilidade Social para o Desenvolvimento Sustentável, que deveria funcionar como uma instância coordenadora entre os diferentes órgãos da Administração do Estado, o setor privado e a sociedade civil em temas vinculados à elaboração de políticas públicas de Responsabilidade Social para o Desenvolvimento Sustentável do Chile.

No Brasil, Santos (2008) menciona que a RS chega sob a influência do modelo norte-americano no ano 1993 e consolida-se em 1998 com a criação do Instituto Ethos de empresas de responsabilidade social empresarial, que é uma organização não governamental que tem como missão fomentar a RS nas empresas, com este objetivo, promove a implementação dos indicadores Ethos como ferramenta de aprendizagem e supervisão da RS.

Segundo Oglisatri (2017) este país é o mais avançado quanto a RS em comparação com outros países da região, onde perto de 500 empresas oferecem relatórios públicos seguindo as linhas propostas pelo instituto Ethos (chamados balanços sociais), a bolsa de Valores de São Paulo tem iniciado uma classificação de empresas similar ao Dow Jones Sustainability Index.

Ademais, existe uma iniciativa importante que tem surgido em América Latina, que é o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) desenvolvido pela Bolsa de Valores de São Paulo. O ISE funciona desde 2005, sendo um índice pioneiro na região e uma referência para os investidores refletirem o retorno de uma carteira composta

por ações de empresas brasileiras com um desempenho destacado em sustentabilidade. Em 2006 este índice agrupava 34 ações de empresas brasileiras.

Existe uma elite empresarial que tem assumindo a liderança em matéria de RS.

O Brasil conta com várias instituições dedicadas à RS em distintos estados, quase todas elas de alcance local.

Na Argentina, as ações de RS são desenvolvidas, na sua maioria, por parte das empresas e com caráter filantrópico. Segundo Vives e Peinado-Vara (2011) as empresas não contam com métodos de avaliação ou planejamento. O Instituto Argentino de Responsabilidade Social Empresarial (IARSE) constitui o referente nacional nesta temática e estabelece os padrões da RS neste país.

Na Colômbia, a longa tradição de participação empresarial em temas de RS tem estado guiadas por um viés assistencialista e filantrópico. As indústrias exportadoras de têxteis, flores e café contam com incentivos por parte do governo para integrar políticas socialmente responsáveis. Todas elas têm incorporado estas práticas de gestão em função da demanda de seus mercados de destino. O Centro Colombiano de Responsabilidade Social Empresarial (CCRE) é uma organização não governamental que tem se dedicado a divulgação, promoção, investigação, assessoria de empresas em temas relacionados com a RS e a ética nas organizações.

No caso de México, existe uma conjuntura favorável para a RS, especialmente das empresas, isto pelas políticas implementadas neste país que referem a “governo corporativo e transparência no setor privado e público”, porém, são políticas que não são materializadas. É importante mencionar que a tradição da RS das empresas neste país é filantrópica e muitas empresas mexicanas estão subscritas nos acordos internacionais de RS. A Aliança Mexicana pela RS e o Centro Mexicano de Filantropia (CEMEFI), são duas referências nesta matéria de difusão de conceitos no país.

No Uruguai, a organização Desenvolvimento da Responsabilidade Social (DERES), é a reunião das principais empresas uruguaias que procuram desenvolver práticas sociais tanto desde o ponto de vista conceitual como da sua aplicabilidade prática.

Nesta mesma linha, encontra-se Venezuela, onde a RS, segundo Vives e Peinado-Vara (2011) tem suas origens na tradição filantrópica dos empresários locais e ações empreendidas por empresas petroleiras antes da nacionalização da indústria,

os quais são os que lideram os processos de RS no país. O ator principal da RS é a Aliança Social, uma iniciativa da Câmara de Comércio Norte Americano (AMCHAM) em Venezuela, cuja missão é promover e incentivar a RS com o fim de “contribuir a melhorar a qualidade de vida da população desse país”.

A zona do Caribe e da República Dominicana tem trabalhado conjuntamente com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), para o desenvolvimento e implantação de uma política para a prevenção da exploração sexual infantil no setor turístico e o impulso da diplomacia com RS, com o intuito de criar sinergias e fortalecer os vínculos entre o setor privado e o Estado.

Na América Central, embora o tema não esteja tão desenvolvido como nos países europeus ou em alguns países de América do Sul como o Brasil ou a Colômbia, tem avanços importantes em alguns países como a Costa Rica, porém, em outros países como a Guatemala e o Panamá, seu percurso não é muito adiantado.

A história tem demonstrado que o modelo capitalista centro-americano é uma economia dependente, absolutamente afastada das necessidades do desenvolvimento das forças produtivas centro-americanas. Conforme as medidas neoliberais que se foram aplicando e as leis e reformas viabilizadas pelo Tratado de Livre Comércio entre Estados Unidos, Costa Rica e República Dominicana (TLC) que têm entrado em vigência na América Central, os resultados são cada vez mais evidentes, principalmente para a classe trabalhadora. Se antes da aplicação do TLC

*[...] Honduras tenía un 80% de población pobre, Nicaragua un 60%, Guatemala más del 57%, Panamá el 37% y Costa Rica el 23%, y el desempleo se había incrementado a 20% de la población económicamente activa (PEA) en Panamá, 11,3%, en Nicaragua, 6,8% en Costa Rica y 6,2% en El Salvador, los primeros datos arrojados a un año de la implementación del TLC señalan que la dependencia externa, la crisis agraria y el desempleo se profundizarán en toda Centroamérica. (VIVES E PEINADO VARA, 2013, p. 16).*

Com respeito a RS, embora existam condições mundiais dadas pelo sistema de produção capitalista, tem também particularidades de acordo a cada país. Em El Salvador, a principal organização que trabalha a RS é a *Fundación Empresarial para la Acción Social* (FUNDEMÁS), a que nasce no ano 2000 liderada pelos empresários como estratégia de negócio e tem vinculação com o Estado ou organizações da sociedade civil.

El Salvador também apresenta uma iniciativa para promover a competitividade do país num marco de responsabilidade social. O governo deste país com apoio do Serviço de Assessoria de Investimento Estrangeiro do Banco Mundial (FIAS por suas siglas em inglês) tem trabalhado para estabelecer um marco nacional de responsabilidade social da empresa que permita melhorar a competitividade do país. Neste país, tem poucas empresas que contam com políticas socialmente responsáveis e dentro do setor público, o governo não parece possuir ainda a estrutura organizativa para promover estas práticas em articulação com as empresas.

No caso de Honduras, a RS também é considerada uma ferramenta de negócios. Sob uma perspectiva estratégica leva em consideração os conceitos dados pelo ISO26000. A principal organização deste país com respeito ao tema é FUNDAHRSE, fundada há 10 anos, onde segundo seu diretor executivo “[...] *deseja que se ejecute una RS integral, que favorezca la confianza de los ciudadanos, a la vez que se estimule la innovación, la competitividad y la prosperidad económica*”. Ou seja, a RS em Honduras, é apresentada como uma perspectiva nitidamente econômica e empresarial menciona na sua página web que é uma “organização sem fins de lucro, apolítica, não religiosa”.

Na Nicarágua, como acontece nos outros países mencionados, a RS é considerada, do ponto de vista empresarial, como uma estratégia de negócio, no entanto, incorpora o “desenvolvimento social” por meio da política pública. No ano 2005, consolida-se neste país a organização uniRSE que desde seu início procurou uma RS dirigida ao interior da empresa, porém, a partir das convenções e acordos internacionais, tem promovido a expansão para outros setores da população.

No caso de Panamá, SumaRSE é a associação mais importante na RS, se fundamenta também nos conceitos do ISO26000 com o objetivo de pôr esta estratégia como forma para que a empresa maximize sua competitividade. A referida organização trabalha basicamente na capacitação e intercambio de boas práticas no âmbito econômico, social e ambiental. Panamá tem sido selecionado entre dez nações como o país piloto para a promoção e desenvolvimento do Pacto Global das Nações Unidas. O principal objetivo da RS neste país é de propiciar uma mudança da cultura empresarial panamenha que leve ao setor privado para se tornar em sócio de desenvolvimento e bem-estar social da comunidade.

A Guatemala é o país com menor desenvolvimento na RS (segundo os parâmetros dos Organismos Internacionais), já que segundo dados da Rede do Pacto

Global na América Latina e o Caribe, poucas empresas têm projetos deste tipo, apesar de ser influenciado a realizar iniciativas de RS pelo Banco Interamericano do Desenvolvimento (BID) e o Conselho de Fundações Privadas de Guatemala desde 1998. Definem a RS como uma cultura de negócios, baseada em princípios éticos e firme cumprimento da lei, que contribui para a competitividade das empresas e para o bem-estar geral do país. A organização mais relevante da RS neste país é CentraRSE (*Centro para la Acción de la Responsabilidad Social Empresarial en Guatemala*). Segundo Vives e Peinado-Vara (2011), neste país não se observam relações fluidas entre o governo, empresa e sociedade civil, porém tem empresas que tem incorporado elementos de qualidade, competitividade e responsabilidade social de maneira bem-sucedida, como no setor açucareiro, o café orgânico e o maquilador têxtil.

Assim, se pode observar como no contexto centro americano as ações de RS estão claramente influenciadas pelos organismos internacionais que colocam a importância do tema para a reprodução das relações sociais e o sistema de produção, e desta maneira geram organizações mundiais e regionais para doutrinar, homogeneizar ou globalizar conceitos e maneiras de atuar das empresas, dos Estados e da sociedade civil.

Ademais, o conceito de RS se encontra dirigido principalmente para que os empresários tenham uma “consciência” para intervir no âmbito social e assim contribuir com o desenvolvimento do país como se isso fosse uma questão de boa vontade, isolando-o do contexto social, econômico e político que influi em seu desenvolvimento.

Na América Central, a organização responsável pela RS é a Integração Centro Americana pela Responsabilidade Social (INTEGRARSE), aliança de organizações privadas nos seis países da região (Guatemala, Honduras, El Salvador, Nicarágua, Costa Rica e Panamá) para apoiar as empresas e outros atores para implementar a RS como parte de sua estratégia de negócio com “a finalidade de contribuir efetivamente ao desenvolvimento sustentável e a integração centro-americana”.

A criação desta organização foi uma iniciativa importante para a região no que concerne à RS, no mesmo ano da sua criação, a INTEGRARSE assinou um acordo de colaboração com a Secretaria de Integração Econômica Centro Americana (SICA), mediante o qual buscava contribuir com o processo de integração econômica, competitividade e sustentabilidade das empresas na região.

Dentro das características desta organização se encontram 600 empresas associadas, sendo que 60% são grandes empresas que aportam 30% do PIB regional e manejam em torno de quatro milhões de dólares por ano. O objetivo da INTEGRARSE é “propiciar uma sociedade centro-americana sustentável e inclusiva através da ação conjunta e complementar de ações, em apoio ao empresariado, ao setor público e a sociedade civil para promover e implementar a RS, como estratégia voltada para o desenvolvimento sustentável”.

Para esta organização a RS é um comportamento ético e transparente que deve contribuir com o desenvolvimento sustentável, levando em consideração as expectativas das partes interessadas, o cumprimento da legislação a ser aplicada a coerência à normativa internacional de comportamento e está integrada em toda a organização.

Assim, a Responsabilidade Social é desenvolvida pelos países da América Latina de forma diferente, considerando as particularidades de cada um, mas em todos existe uma forte influência dos Organismos Internacionais que impulsionam este tipo de ação de forma “globalizada”, objetivando padronizar as propostas para que sejam funcionais aos seus interesses.

### **III. CONCLUSÃO**

Considerando os dados apresentados e o contexto atual dos países de América Latina, é notável que tenha existido uma regressão dos direitos sociais a partir da chamada “Reforma” do Estado, tendo por intuito a despolitização da contradição capital/trabalho e sua conseqüente e desigual distribuição da riqueza social, retomando a ideia a favor no trato da questão social considerando-a no âmbito imediato e individual.

Nesse mesmo caminho, as manifestações da questão social são interpretadas como incapacidade individual e devem ser enfrentadas por meio de valores morais positivos universalmente e mecanismos relacionados à ajuda mútua, é nesse cenário de um capitalismo dito “responsável” ou “sustentável”, “reformado e ético-moralmente”.

Procura-se, a partir desta lógica neoliberal, responder às demandas da questão social a partir da mobilização social da comunidade local, ONG, empresas privadas por meio da chamada parceria com o Estado e reconhecem as “empresas-cidadãs” como novos agentes de promoção social, porém, esquecem de explicar como serão prestados esses serviços sociais – via mercado ou ofertados pelo trabalho voluntário –

que muitas das vezes convocam pessoas não qualificadas para tais atividades. Isso não é, para eles, política assistencialista ou paternalista, mas sim uma “democracia plena”

Assim, a função social da resposta à questão social deixa de ser, neste projeto neoliberal, responsabilidade privilegiada do Estado, e por meio deste do conjunto da sociedade, e passa a ser agora de auto-responsabilidade dos próprios sujeitos e da ação filantrópica.

Por outro lado, retiram-se paulatinamente da órbita do Estado as garantias estatais, que passam a ser privatizadas ou focalizadas com administração descentralizada. Realiza-se assim, um serviço social privado, dirigido aos segmentos possuidores de renda e com qualidade adequada ao poder aquisitivo, enquanto as políticas sociais estatais ou de entidades filantrópicas, de qualidade duvidosa, sem garantia de direitos e com a aparência de doação são endereçadas aos pobres.

O mundo da RS, tem se configurado a partir dos interesses de Organismos Internacionais que colocam o tema na agenda global.

Assim, vale ressaltar que os países que conformam América Latina, apresentam similitudes e divergências no desenvolvimento e intervenção da RS. Todos têm uma clara influência de países europeus e dos Estados Unidos, com uma carga importante de princípios e valores morais na sua atuação e com uma visão neoliberal que procura promover a inserção da empresa na execução das políticas sociais e difundir o discurso de responsabilidades compartilhadas entre os diferentes grupos da sociedade.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **¿Adiós al trabajo? Ensayo sobre las metamorfosis y la centralidad del mundo del trabajo**. São Paulo: Cortez, 2001. (Biblioteca latinoamericana de Servicio Social, vol. 7).

BEHRING, E. R. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

HENAO, J. Las formas de reparación<sup>[1]</sup> en la responsabilidad del Estado: hacia su unificación sustancial en todas las acciones<sup>[2]</sup> contra el Estado. **Revista de Derecho Privado**, Universidad Externado de Colombia, v. 28, 2013.

LUKÁCS, G. *Historia y consciencia de clase*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales del Instituto del libro, 1969.

MANDEL, E. **Formación del pensamiento económico de Marx de 1843 a la redacción de El Capital**. Biblioteca del pensamiento socialista, serie ensayos críticos. México: Siglo veintiuno editores. 1968.

MONTAÑO, C. **Terceiro Setor e questão social**- crítica ao padrão emergente de intervenção social. 2.ed. São Paulo: Cortez. 2003

MOTA, A. **O Feitiço da ajuda**: as determinações do Serviço Social na Empresa. São Paulo, Brasil: Cortez Editora. 1985.

NETTO, J. Cinco notas a propósito de la “cuestión social”. In: Borgianni, Elisabete, et al. (orgs). **Servicio Social Crítico**. Hacia la construcción del nuevo proyecto ético-político profesional. São Paulo: Cortez Editora, 2003. (Biblioteca Latinoamericana de Servicio Social.)

NUNES, I. R. As pessoas, a empresa e a sociedade. In: PORTO, M. (Org.). **Investimento Privado e Desenvolvimento: balanço e desafio**. Rio de Janeiro: Senac Rio, 2005.<sup>[1]</sup><sub>[SEP]</sub>

OGLISATRI, Enrique, et al. **El Octágono de la Responsabilidade Social de la Empresa**. Costa Rica, 2007.

PEINADO, E. La Responsabilidad Social Empresarial en América Latina. **Management Society**, Washington, v. 34, ago. 2006.

SANTOS, T. **A atuação do assistente social nas ações de responsabilidade social desenvolvidas pelas empresas em Mato Grosso**. 2008. 162 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

VIVES, A.; PEINADO-VARA, E. **La Responsabilidad Social de la empresa EN AMÉRICA LATINA**. Manual de Gestión. Fondo Multilateral de Inversiones Miembro del Grupo BID. 2011.

<sup>1</sup> Destaca-se o denominado Consenso de Washington, que refere ao conjunto de políticas econômicas e sociais de corte neoliberal, aplicadas a partir dos anos oitenta para enfrentar a crise econômica, estas medidas chamadas de “ajuste estrutural”, eram condicionadas pelo financiamento concedido por estes organismos a países “dependentes”.

<sup>2</sup> Dentre as orientações presentes no Consenso, destaca-se a desestruturação dos sistemas de proteção social vinculados às estruturas estatais e a privatização dos mesmos. Dessa forma, as políticas sociais na década de 1990 já são direcionadas para o “combate à pobreza” e para a partilha da responsabilidade entre Estado e sociedade no enfrentamento da questão social.